

SEGUROS

A companhia de seguros "Atlântida" recebeu há tempos a proposta de um homem que tinha um quadro e queria segurá-lo por 600 contos. Mandou um inspetor ver o quadro. Exigiu um atestado do Museu Nacional de Belas Artes reconhecendo o valor artístico do óleo. Levou seis semanas pensando — e topou.

O sr. Heller, dono do quadro, sempre pagou os prêmios mensais. Outro dia houve um incêndio em seu apartamento, e o quadro pegou fogo. Foi receber o seguro. Mas a Companhia, que sempre recebera as mensalidades direitinho e com a maior boa vontade, passou de repente a achar que o quadro não valia 600 mil cruzeiros. No máximo uns 40 mil. E um juiz lhe deu razão.

Não quero discutir o valor do quadro em si mesmo. O fato é que para o sr. Heller ele valia 600 mil cruzeiros, tanto assim que ele vinha pagando o seguro equivalente. Desde o momento em que aceitou essa avaliação e começou a receber os prêmios calculados nessa base, a companhia perdeu o direito de discutir esse preço. Dizer que o sr. Heller agiu de má fé é um sofisma dos mais estranhos, e não sei como esse juiz não viu logo que no caso a má fé é toda da Companhia — para a qual, na hora do dinheiro entrar em caixa um objeto vale tanto, e na hora de sair passa a valer tanto.

Espereemos que outra sentença venha pôr abaixo esse critério, que abre um precedente perigoso. Perigoso, sobretudo, para a indústria de seguros, cuja única base e cujo capital verdadeiro é a confiança que o público nelas deposita.

Eu por mim confesso que, se resolver garantir a fartura e bem-estar dos Bragas na próxima geração, para o caso de eu morrer mais cedo do que seria de meu gosto, não procurarei a Companhia de Seguros Atlântida. Vamos que eu proponha um seguro de mil contos. A Companhia manda um inspetor me inspecionar e vários médicos me apalpar, radiografar meus ossos, analisar meus fluidos — e topa. Passo a pagar os prêmios, fazendo caretas, suando, mas conformado com a idéia de que, eu morrendo, os braguinhas estarão amparados.

Caso eu não morra nestes vinte anos, estarei roubado, pois mil contos então devem estar valendo o que valem hoje cem. Mas caso eu tiver a sorte de morrer amanhã, mais roubado estarei ainda, porque os senhores diretores da companhia de seguros Atlântida podem achar perfeitamente que a minha figurinha não vale mil contos. Dizem que um dos melhores negócios do mundo é comprar o sujeito pelo que ele vale e vender pelo que ele pensa que vale. Os advogados da Companhia podem convencer o juiz (e, aí de mim, provavelmente com razão) que este Braga nunca valeu mil contos, e só por má fé fez um seguro de vida de tal monta. Considerando o meu coração devastado por uma paixão infeliz, minha vista já cansada dos espetáculos deste mundo é comprar um sujeito pelo vício e pela tristeza, etc., e mais ainda o baixo nível de meus ganhos mensais, o juiz poderá perfeitamente me avaliar em 20 ou 30 contos, se estiver de bom humor.

Eu acharia honesta a Companhia se, na hora de eu propor o seguro ela me examinasse, franzisse o nariz e dissesse: "nada além de 500 pratas". Mas se ela me examina e eu de boa fé me deixo examinar — como foi examinado o quadro do sr. Heller — é porque ela aceitou a minha avaliação.

Um processo como esse e uma sentença como essa vêm lançar uma completa insegurança no negócio dos seguros. Eu acho que um Braga como este, embora já com bastante uso e algum abuso, ainda vale mil contos. Não imponho a minha opinião, e aceito, humildemente, que outros avaliem em menos. Mas não na hora do quadro pegar fogo ou do Braga bater a bota.

4/6/53 R. B.

704